

1 **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**
2 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3 **OBJETO:** Abertura, aprovação da Ata da 4ª reunião ordinária, posse dos novos
4 membros do Comitê, apresentação e aprovação do Relatório de Diagnóstico das
5 Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, informes sobre mandato dos
6 membros do Comitê, Assuntos Gerais e Encerramento

7 Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, às 14:00 horas, na
8 Sala do Conselho – CIETEP, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias
9 do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. O Presidente PÉRICLES PESSOA
10 SALAZAR deu início à reunião agradecendo à FIEP pela cessão do espaço e realizando
11 a verificação do quorum. Os nomes dos membros presentes e respectivas instituições
12 encontram-se em anexo na lista de presença. O Presidente procedeu a leitura da pauta
13 submetendo-a a votação, tendo sido aprovada. Em seguida o Sr. Presidente passou a
14 palavra para o SR. DARCY DEITOS, Secretário Geral do COALIAR, para comentar
15 sobre correspondências recebidas. O Secretário Geral comunicou o recebimento de
16 ofícios do Prefeito Municipal de Quatro Barras, representante do Conselho Gestor dos
17 Mananciais e da Prefeitura Municipal Campo Magro, ambos justificando a sua ausência
18 e salientou a relevância da Reunião tendo em vista a discussão do Diagnóstico das
19 Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e a importância de, com o Plano de
20 Bacias elaborado, iniciar efetivamente a gestão das bacias. A seguir o Sr. Presidente
21 passou a palavra a SRA. ANA SILVIA ZENI do SENAI que informou sobre o curso de
22 mestrado profissional oferecido pelo Sistema FIEP e UFPR em conjunto com a
23 Universidade de Stuttgart – Alemanha. Em seguida o Sr. Presidente submeteu à votação
24 a dispensa da leitura da Ata da 4ª Reunião Ordinária, que foi aprovada e perguntou se
25 alguém teria alguma observação a ser feita. Foram sugeridas alterações pelo Sr. Mário
26 Bastos nas linhas 211, 212 e 213 da ata da 3ª Reunião Ordinária, que ficou encarregado
27 de mandar as observações por escrito à Secretaria Executiva para que estas constassem
28 em ata. A SRA. MARTHA SUGAI observou que está sendo discutido em Brasília, em
29 relação às PCH's, que as empresas passem a pagar pelo uso dos recursos hídricos e não
30 pelo direito do uso dos recursos hídricos, solicitando então que fosse retirada a palavra
31 “direito” da frase que fala das PCH's, na linha 76. O SR. TADEU D. B. RZINSKI
32 observou que o conteúdo da linha 271 e das linhas seguintes, dá a conotação de que a
33 SANEPAR teria concordado com o documento encaminhado pela COMEC. Salientou
34 que a SANPEAR, apesar de ter participado da audiência realizada, não anuiu às
35 conclusões do documento. Então a SANEPAR quer que consigne na Ata de hoje a
36 seguinte observação: “sobre o documento citado na linha 271 da Ata, a SANEPAR
37 esclarece que apesar de ter participado da Audiência Pública convocada pelo
38 PROMOTOR SAINT'CLAIR HONORATO SANTO, não houve consenso em relação à
39 proposta da COMEC, pois a SANEPAR entende que o Decreto atual referente a
40 delimitação das áreas de mananciais de proteção deve ser mantido. O documento
41 entregue pela COMEC deve ser lido, analisado e apreciado pelo COALIAR, não
42 podendo receber anuências sem prévia manifestação formal de todos os órgãos do
43 governo envolvidos na questão”. O SR. JORGE RAMON DE ARAÚJO MELLO
44 solicitou alguns esclarecimentos sobre a solicitação do Ministério Público os quais
45 foram respondidos pelo SR. TADEU D. B. RZINSKI. Não havendo mais observações
46 em relação à ATA, o Sr. Presidente a submeteu a votação tendo sido aprovada com uma
47 abstenção. Em seguida o Sr. Presidente passou ao 3º item da pauta que tratava da posse
48 dos novos membros, fazendo a leitura dos nomes dos novos membros indicados pelas
49 instituições em substituição aos atuais - Membro Titular: JOCÉLIA ALVES FONSECA
50 MARIA – Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, em substituição a JOSÉ

51 MARCELINO GONÇALVES e Suplentes: WILHELM EDUARD DE AZEVEDO
52 MEINERS – COMEC, em substituição à ANA LÚCIA MARCHEZETTI, KARINE DE
53 QUEIROGA BUCHOLDZ – IMCOPA, em substituição à ÉRIKA HIRONO
54 GONÇALVES e EMERSON STRESSER – Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul,
55 em substituição a AMAURI CEZAR JOHNSSON. O Sr. Presidente passou então ao 4º
56 item da pauta - Apresentação e aprovação do Relatório de Diagnóstico das Bacias do
57 Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, passando a palavra ao Coordenador da Câmara
58 Técnica de Acompanhamento do Plano, SR. REINALDO DOS SANTOS RODRIGUES
59 que agradeceu aos membros da CTPLAN e disse que foi um privilégio coordenar os
60 trabalhos por ter sido uma Câmara Técnica ativa que contou com a presença de
61 convidados dos diversos setores conforme pode ser confirmado pelas atas e listas de
62 presença em posse da Agência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.
63 Continuando, o SR. REINALDO DOS SANTOS RODRIGUES relatou que foram
64 realizadas 4 reuniões da CT-PLAN quando foram analisadas 3 versões do Diagnóstico,
65 sendo que a terceira reunião foi desdobrada em 3 dias para realizar a última revisão
66 antes desta plenária do Comitê. O Coordenador da CT-PLAN continuou comentando
67 que, ao ser elaborado o termo de referência do Plano de Bacia, a SUDERHSA
68 considerou que o grande número de estudos já realizados na Região Metropolitana de
69 Curitiba facilitaria a elaboração do diagnóstico, porém ao se compilar esses relatórios a
70 Consultora se deparou com diferenças entre os períodos e áreas de abrangência, estudos
71 realizados com base em bancos de dados diferentes e enfoques diferentes, o que se
72 tornou um complicador na elaboração do diagnóstico e que deveria haver um
73 investimento maior para a elaboração do Plano de Bacia para ele ter um
74 aprofundamento maior do que vem sendo dado. O Coordenador da CT-PLAN também
75 comentou que para que o diagnóstico fosse elaborado de forma perfeita, seria necessária
76 a realização de estudos complementares, inviabilizando assim a elaboração do Plano de
77 Bacia e que o Plano deve ser um instrumento de planejamento dinâmico,
78 constantemente atualizado, com a realização de estudos complementares para que se
79 tenham as respostas a questionamentos levantados durante a elaboração do diagnóstico,
80 como em relação às áreas de hidrologia, hidrogeologia, à cobertura florestal entre
81 outros. O Coordenador também sugeriu que a comunidade técnico-científica do Paraná
82 fosse envolvida na elaboração do Plano. Finalizando a introdução à apresentação do
83 diagnóstico, o Coordenador colocou a disposição do Sr. Presidente a coordenação da
84 Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano de Bacia e abriu a palavra para o
85 Gerente da Agência do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e para os demais
86 componentes da CT_PLAN para algum comentário adicional. O Sr. Presidente
87 confirmou o nome do SR. REINALDO DOS SANTOS RODRIGUES na coordenação
88 da CT-PLAN e não havendo complementação à introdução do Coordenador da CT-
89 PLAN, passou a palavra ao SR. RODOLPHO HUMBERTO RAMINA para que
90 procedesse a apresentação do Diagnóstico da Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
91 Ribeira. O SR. RODOLPHO HUMBERTO RAMINA iniciou a apresentação,
92 salientando que deve-se considerar o diagnóstico como uma fotografia da situação da
93 área de estudo no ano de 2007, explicando que foi incluído na elaboração do
94 diagnóstico a bacia do Rio da Várzea pela sua importância no abastecimento de água
95 futuro da Região Metropolitana, que há um desnível muito grande entre as informações
96 existentes para a bacia do Alto Iguaçu e as demais bacias e que os estudos utilizados
97 foram realizados com diversas finalidades, sendo que um dos principais resultados do
98 diagnóstico foi gerar uma visão geral da problemática da questão dos recursos hídricos
99 nas bacias em questão. O arquivo com a apresentação do diagnóstico encontra-se em
100 anexo a esta ata. O SR. RODOLPHO HUMBERTO RAMINA terminou a apresentação

101 agradecendo a colaboração da Câmara Técnica e dos especialistas convidados. Em
102 seguida o Sr. Presidente abriu a palavra à plenária e o SR. MARIO BASTOS DA
103 SILVA manifestou sua preocupação com a questão da cobertura vegetal, do uso do solo
104 na agricultura, da proteção dos banhados, com as perdas no abastecimento de água, que
105 como recomendação para a revisão do Plano se tenha um levantamento das
106 retificações e canalizações para podermos propor a re-naturalização dos rios e
107 solicitou que fosse anexado a esta ata o documento contendo suas observações, o qual
108 foi enviado para a CT-PLAN. Em seguida a SRA. LAURA JESUS DE MOURA E
109 COSTA, após parabenizar a equipe pela elaboração do diagnóstico, observou que
110 seriam necessários estudos e levantamentos sobre as plantações de pinus,
111 principalmente nos topos dos morros, e da mineração na região, questionou se o
112 diagnóstico levou em conta os planos diretores municipais e o PDI elaborado pela
113 COMEC, solicitou que fosse registrado que na Conferência Regional do Meio
114 Ambiente/ Bacia do Ribeira foi aprovada uma moção contra a UHE de Tijuco Alto e
115 que na Conferência Regional do Meio Ambiente da Região Metropolitana de Curitiba
116 foi aprovada outra moção pela proteção do aquífero Karst. A SRA. LAURA JESUS DE
117 MOURA E COSTA concluiu registrando a importância do comprometimento das
118 prefeituras em relação a ocupação urbana e seu impacto nas micro-bacias como no caso
119 do rio Ressaca. O próximo membro do Comitê a fazer uso da palavra foi o SR. JORGE
120 RAMON DE ARAUJO MELLO, que questionou se o Plano consideraria o painel de
121 mudanças climáticas nos cenários, demonstrou sua preocupação tanto com a ocupação
122 irregular dos fundos de vale como a implantação de condomínios fechados em áreas de
123 manancial, levantou a questão sobre a comparação entre o custo financeiro e ambiental
124 entre a recuperação das bacias superficiais na área de Curitiba e Região Metropolitana e
125 a transposição de água de outras bacias como o Capivari, por exemplo, demonstrou sua
126 preocupação em relação à exploração do aquífero Karst e também em relação ao
127 modelo sócio-econômico atualmente utilizado no mundo. O Sr. Presidente lembrou que
128 as observações estavam sendo anotadas e que seriam comentadas no final e passou a
129 palavra ao SR. TADEU D. B. RZNISKI que solicitou que constasse na ata que a
130 SANEPAR encaminhou diversas contribuições à Câmara Técnica via e-mail e via
131 ofício, perguntando se elas foram contempladas no diagnóstico, e no caso de não terem
132 sido contempladas, que o fossem na revisão do Plano. O SR. TADEU D.B.RZNISKI
133 também demonstrou sua preocupação se o diagnóstico contemplou a demanda da água
134 destinada às indústrias, quer para aplicação no resfriamento como em vazamentos uma
135 vez que o volume utilizado pelo setor industrial é significativo. Na seqüência, o SR.
136 GILMAR ZACHI CLAVISSO, suplente da Câmara Técnica da APA do Rio Irai, por
137 ser Secretário do Município de Piraquara, justificou a ausência do SR. GABRIEL
138 JORGE SAMAHA por ele estar participando de uma reunião do PAC para a Educação e
139 questionou se a ocupação do Guarituba, atualmente com população aproximada de
140 quarenta e cinco mil habitantes estava contemplada no mapa de ocupações irregulares
141 no Núcleo Urbano Central do PDI-2002, sendo que essa informação é muito importante
142 uma vez que esta ocupação está às margens do Rio Irai e a captação de água para
143 abastecimento de Curitiba é a jusante do Guarituba. O SR. GILMAR ZACHI
144 CLAVISSO explicou que os municípios localizados em áreas de manancial deveriam
145 ter uma maior participação na gestão das águas, uma vez que existem limitações quanto
146 ao uso e ocupação do solo, implantação de indústrias e não existe uma compensação
147 financeira para o município conservar a qualidade da água a ser consumida pela
148 população de outros municípios, e que os investimentos a serem realizados com
149 recursos da cobrança deveriam ser aplicados prioritariamente nestes municípios. O SR.
150 CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS SILVA comentou a respeito dos parâmetros

151 utilizados para medir a qualidade da água, sugerindo que nas cabeceiras do rio Açungui
152 fosse medida a concentração de mercúrio além da DBO tendo em vista que na região
153 houve exploração de ouro, e que também fosse utilizada a turbidez como indicador de
154 qualidade de água nos rios em geral e também perguntou como foi calculado o consumo
155 de água subterrânea uma vez que a SUDERHSA outorga levando em conta a vazão
156 medida por grandes empresas e não existem medidores para extração de água
157 subterrânea e sugeriu que se avaliasse uma maneira de medir o consumo efetivo. O SR.
158 ANTONIO RICARDO LORENZON observou que foi pouco analisada a questão do
159 provável impacto causado pelo uso da terra na agropecuária uma vez que na RMC
160 existe o cinturão de proteção de olericultura e também a região que produz batata
161 utilizando a mecanização intensiva gerando desagregação do solo e adensamento, este
162 último causando a impermeabilização do terreno e também com intensa utilização de
163 agrotóxicos, que pode gerar eutrofização. A SRA. MARTHA SUGAI esclareceu que o
164 Rio Iguaçu não está enquadrado, é um rio de domínio da União e não existe nenhum
165 documento sobre seu enquadramento. Ele é considerado Classe 2 pois a Resolução
166 357/CONAMA permite que, se não houver enquadramento, o rio possa ser considerado
167 como Classe 2, e que, será o Comitê que irá propor o primeiro enquadramento do Rio
168 Iguaçu. Em seguida a SRA. MARTHA SUGAI demonstrou sua preocupação por não
169 estar sendo feito um balanço da disponibilidade hídrica, e sim calculados indicadores
170 que mostram questões críticas, baseados em critérios uniformes e simplificados e coloca
171 que conste nas recomendações que seja realizado um estudo detalhado da
172 disponibilidade. Em relação a subdivisão da área em 65 sub-bacias, ela alertou quanto a
173 possibilidade de engano na interpretação dos indicadores, caso seja analisada uma sub-
174 bacia isoladamente. O Coordenador da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano
175 de Bacia, foi o próximo inscrito e esclareceu que quando ele havia se referido a um
176 aporte de recursos, foi no sentido de se estruturar a SUDERHSA para entender e
177 enfrentar a complexidade do Alto Iguaçu, e que o Plano de bacia não é um plano
178 estático e que os estudos complementares mencionados pelos membros da CT-PLAN e
179 do Comitê devem ser contemplados em um capítulo do Plano - Recomendações para o
180 próximo Plano de Bacia, e que se deve seguir para as próximas etapas que seriam os
181 cenários e o próprio Plano de Investimentos. Respondendo ao questionamento do SR.
182 TADEU D.B.RZNISKI, o Coordenador da CT-PLAN informou que o diagnóstico
183 contemplou o consumo industrial, através do Cadastro de Outorga da SUDERHSA e
184 reforçou a importância de se ter um Plano de Bacia aprovado, para que o Comitê possa
185 iniciar a gestão das bacias. A seguir, o SR. MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA
186 parabenizou a Câmara Técnica e a Consultora pelo diagnóstico apresentado, ressaltando
187 que o Plano de Bacia é o primeiro plano que aborda a questão da água na sua plenitude
188 e que o envolvimento das instituições nas próximas etapas será determinante para que
189 esse Plano não seja mais um Plano, além da elaboração de uma estratégia de
190 implantação das ações previstas. Ele reforçou também que o Plano deve contemplar
191 pelo menos os principais compromissos assumidos pelos municípios em seus planos
192 diretores e que as complementações solicitadas pela Plenária sejam contempladas
193 evitando que esse Plano não seja somente mais um, dentre outros. O SR. DARCY
194 DEITOS agradeceu as contribuições e solicitou que o diagnóstico fosse aprovado para
195 podermos avançar com as outras etapas do Plano, sendo que muitas das sugestões
196 colocadas na Plenária serão contempladas nas outras etapas. O SR. WILHELM
197 EDUARD DE AZEVEDO MEINER concordou com o SR. DARCY DEITOS que o
198 documento em discussão é o diagnóstico, e que as recomendações e projeções serão
199 realizadas a partir de um momento presente e demonstrou sua preocupação com o fato
200 que geralmente, em um Plano, se trabalha exaustivamente o Diagnóstico, trabalhando

201 com os Cenários de maneira mais tímida e o Plano de Investimento ou as Proposições se
202 tornam uma grande carta de intenções sem factibilidade, fato esse que poderá ser
203 evitado uma vez que o Plano seja compatibilizado com os demais documentos
204 desenvolvidos para a Região. Outra expectativa da COMEC em relação ao Plano de
205 Bacia é que possa auxiliar tecnicamente na definição das densidades de lotes e
206 loteamentos de interesse social. Outro ponto por ele abordado foi a relação entre os
207 valores outorgados e a disponibilidade hídrica, principalmente para o setor de
208 abastecimento público, e que os sistemas que abastecem a RMC deveriam ser
209 integrados em um futuro próximo. O SR. MÁRIO SÉRGIO RASERA reforçou que, se
210 o Comitê ficar buscando a perfeição no Diagnóstico, este nunca será concluído,
211 entretanto ele lembrou que, como o Plano prevê indicadores de acompanhamento e
212 monitoramento do Plano, é necessário que se defina no Plano de Bacia uma estratégia
213 de alimentação dos dados necessários para que se torne rotina para todos os órgãos
214 envolvidos. Continuou comentando que a gestão dos recursos hídricos compete à União
215 e aos Estados, sendo que os Municípios devem atender o Estatuto das Cidades em
216 relação a diversas questões, como saneamento e uso do solo e aguardam as diretrizes do
217 Plano de Bacia e enfatizando a importância do monitoramento das águas subterrâneas.
218 O SR. ROGÉRIO DA SILVA FELIPE perguntou se a Consultora havia levado em
219 consideração os estudos desenvolvidos pela MINEROPAR para a região do Alto Iguaçu
220 e para o KARST. A SRA. EZILDA FURQUIM BEZERRA salientou a importância dos
221 municípios compatibilizarem seus Planos diretores com os estudos realizados pela
222 MINEROPAR e com o Plano de Bacia para evitar conflitos entre o meio ambiente, a
223 área urbana e a área industrial. Em seguida, o Sr. Presidente demonstrou sua angústia
224 com o fato do Diagnóstico ter levado tanto tempo para ser apresentado e solicitou que
225 após os esclarecimentos prestados pelo SR. ENÉAS SOUZA MACHADO às questões
226 levantadas, que a Plenária fosse breve em novas colocações possibilitando a votação do
227 documento ainda nessa mesma reunião. O SR. REINALDO DOS SANTOS
228 RODRIGUES relembrou que as reuniões da CT-PLAN foram bastante participativas,
229 tendo discutido cinco versões do Diagnóstico, concordando em apresentar essa última
230 versão, e que as considerações feitas na última reunião seriam consideradas na
231 seqüência. O Sr. Presidente passou então a palavra ao SR. ENÉAS SOUZA
232 MACHADO para esclarecimento das questões levantadas. O SR. ENÉAS SOUZA
233 MACHADO iniciou lembrando que em dezembro de 2006 foi aprovado o Plano de
234 Trabalho do Plano das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e que, apesar
235 do tempo dispendido para a elaboração de Diagnóstico, que foi de sete meses ao invés
236 de noventa dias como era a previsão inicial, ele considerava bom o resultado, tendo em
237 vista as discussões da Câmara Técnica e as considerações feitas durante essa reunião,
238 que o Diagnóstico já era um documento do COALIAR, focado nos recursos hídricos,
239 considerando as demandas dos diversos setores. Com relação às considerações feitas
240 pelos diversos membros dessa Plenária, a proposta de encaminhamento da Câmara
241 Técnica era que, as questões de deficiência de informações, de novos estudos, iriam
242 fazer parte de um Capítulo do Plano: Recomendações e que os itens levantados que são
243 viáveis de arrumar e complementar no Diagnóstico, tais como os Planos diretores
244 Municipais, seriam contemplados, e com essas considerações ele considerou o
245 documento apto para ser submetido à aprovação. Em seguida o SR. RODOLPHO
246 HUMBERTO RAMINA passou a esclarecer alguns itens levantados na Plenária
247 comentando inicialmente que a questão de recursos hídricos é abrangente e complexa,
248 passando desde o modelo econômico mundial até o Plano Diretor de Piraquara, o que
249 torna o Plano de Bacia um documento complexo. Em relação aos *pinus* e às cavernas, a
250 equipe da Consultora procurou as organizações não governamentais que teriam acesso a

251 informações e estudos específicos, não obtendo o retorno necessário para uma
252 abordagem mais elaborada no diagnóstico e, outros aspectos da área em estudo, tais
253 como reserva de biosfera, corredores de fauna e flora cruzado com as áreas de proteção
254 de mananciais são importantíssimos, porém não existem dados locais sobre esses
255 assuntos. Ele salientou que as decisões quanto as melhores alternativas de
256 abastecimento, dependendo dos cenários apresentados, os quais contemplarão correntes
257 migratórias e outros problemas decorrentes das grandes mudanças climáticas globais, as
258 compensações a serem negociadas pelos municípios, são decisões técnico - políticas que
259 devem ser baseadas nas diretrizes do Plano e não no Diagnóstico, em discussões que
260 fazem parte dos resultados do Plano, da análise dos cenários. O SR. RODOLPHO
261 HUMBERTO RAMINA reforçou que as demandas industriais foram levantadas junto
262 ao Cadastro de Outorga, a base mais atualizada disponível atualmente. Em relação aos
263 Planos Diretores Municipais, ele salientou que eles foram considerados nos cenários de
264 desenvolvimento através das informações constantes dos PDIs 2002 e 2006 e que são
265 suficientes para a escala utilizada na análise das sub-bacias, o mesmo acontecendo com
266 as densidades, pois as densidades médias serão projetadas nos diversos cenários de
267 desenvolvimento para podermos propor o Plano de Investimentos. Em relação a
268 observação feita pela SRA. MARTHA SUGAI, SR. RODOLPHO HUMBERTO
269 RAMINA esclareceu que o Plano vai trabalhar com indicadores e que eles não fecham o
270 balanço hídrico pois não existe precisão suficiente para isso por falta de estudos
271 específicos e que é necessário desenvolver modelos de gestão e aprofundar estudos, pois
272 o maior problema enfrentado na Bacia é um problema de gestão. Em relação à questão
273 de banco de dados, ele explicou que, com a elaboração do Diagnóstico foram levantados
274 diversos pontos que são importantes e foi verificada a possibilidade de combinação dos
275 bancos de dados das diversas instituições. Outro ponto esclarecido foi a utilização dos
276 dados da MINEROPAR, o estudo geotécnico na questão da ocupação da região norte, o
277 zoneamento do Karst, lembrando que o objetivo do Plano é definir uma política
278 genérica de proteção, que a legislação fala em compatibilizar estudos setoriais do ponto
279 de vista dos recursos hídricos, desde que eles existam. Continuando, o SR.
280 RODOLPHO HUMBERTO RAMINA colocou que o Diagnóstico ora apresentado dá
281 uma visão das bacias em questão como nunca foi feito antes, pois o PROSAN tinha uma
282 visão mais específica e a COPEL uma visão voltada ao setor elétrico, e levantou que na
283 seqüência, precisam ser realizados estudos mais aprofundados tanto na hidrogeologia
284 como em outras questões, mas que o Diagnóstico contempla as questões necessárias
285 para darmos continuidade ao Plano. O Sr. Presidente então abriu a discussão,
286 solicitando que os comentários fossem o mais breves possíveis, passando a palavra para
287 a SRA. LAURA JESUS DE MOURA E COSTA que sugeriu que, aproveitando a
288 semana do Dia da Água, em março fossem feitas reuniões por bacia para discutir o
289 Diagnóstico e que o Comitê deveria iniciar uma discussão em relação a ampliação da
290 área do Comitê. O Sr. Presidente, solicitando aos inscitos que se ativessem à questão
291 do diagnóstico, passou então a palavra ao SR. TADEU D.B.RZNISKI que encaminhou
292 uma proposta de aprovação do Diagnóstico com ressalvas, devido as ponderações feitas
293 na Plenária. O Sr. Presidente consultou então os próximos inscitos se, tendo em vista a
294 colocação feita pelo SR. TADEU D.B.RZNISKI o Diagnóstico poderia ser submetido à
295 votação ao que o SR. MARIO BASTOS DA SILVA disse que para isso ele necessitaria
296 de uma garantia de que as suas reivindicações seriam consideradas no Plano, posição
297 apoiada pela representante da ANTROPOSPHERA. Em seguida o Sr. Presidente, tendo
298 em vista um compromisso, passou a coordenação da reunião ao SR. DARCY DEITOS,
299 Secretário Geral do COALIAR, agradecendo a presença e o empenho dos membros
300 presentes e o Sr. Secretário geral, assumiu a coordenação dos trabalhos, passando a

301 palavra a SRA. TÂNIA LÚCIA GRAF DE MIRANDA, membro suplente da SEMA,
302 que lembrou que a Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano de Bacia foi criada
303 para fazer um acompanhamento técnico do Plano de Bacia, e que, ao trazer o
304 Diagnóstico para a Plenária, a CT-PLAN demonstrou que a sua posição em relação ao
305 documento é que ele pode ser aprovado e que as demais considerações feitas serão
306 consideradas, seja no Diagnóstico ou nas Recomendações, reafirmando sua confiança
307 nos trabalhos da CT-PLAN e sugeriu que se aprovasse o Diagnóstico para que fosse
308 possível dar prosseguimento ao Plano, com o desenvolvimento dos Cenários, proposta
309 de enquadramento e do Plano de Investimentos. O SR. ENÉAS SOUZA MACHADO
310 pediu a palavra para esclarecer os pontos levantados pelos representantes da CAT Irai e
311 Antroposphaera em relação ao Plano de Bacia. Tanto o Termo de Referência que serviu
312 de base no processo licitatório para a contratação da Consultora quanto o Plano de
313 Trabalho apresentado pela empresa vencedora, foram apresentados no Comitê e
314 aprovados pela Plenária e ambos os documentos descreviam que o Diagnóstico seria
315 elaborado com base em estudos existentes, que seria uma consolidação de informações
316 disponíveis em relatórios e que não seriam feitos levantamento de dados adicionais, não
317 havendo inclusive recursos para tais estudos adicionais. O SR. JORGE RAMON DE
318 ARAÚJO MELLO se posicionou contra a realização da votação do Diagnóstico nesta
319 reunião por achar que o Diagnóstico não atende as necessidades do Comitê. Dando
320 seqüência à reunião, o Sr. Coordenador Geral consultou a Plenária em relação a se
321 submeter o Diagnóstico à votação ao que o SR. MARIO BASTOS DA SILVA explicou
322 que ele era favorável à votação desde que os itens não contemplados fizessem parte do
323 Plano, ao menos nas recomendações e solicitou que a reunião fosse suspensa por cinco
324 minutos para que os membros pudessem avaliar a proposta de votação. O Sr. Secretário
325 Geral colocou a proposta em votação e tendo sido aprovada a reunião foi suspensa por
326 cinco minutos, a ao ser reaberta a sessão, o Sr. Secretário geral submeteu à votação o
327 Diagnóstico do Plano das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, que, com
328 as recomendações a serem feitas por escrito pelo SR. MARIO BASTOS DA SILVA, foi
329 aprovado com um voto contrário do SR. JORGE RAMON DE ARAÚJO MELLO.
330 Dando continuidade à pauta, o Sr. Secretário Geral passou ao 5º item, que trata da
331 Informes sobre mandato dos membros do Comitê, explicando que em 12 de abril de
332 2008 o mandato dos atuais membros expiraria, podendo ser reconduzidos mediante
333 indicação formal dos segmentos e que no início de 2008 a Secretaria Executiva daria
334 início ao processo, passando em seguida para o último item da pauta – Assuntos Gerais.
335 O SR. MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA sugeriu que se estabelecesse uma
336 agenda para o ano 2008, que se discutisse uma maneira de divulgação do Nono Fórum
337 Nacional dos Comitês, que está previsto a realização de um Encontro Estadual de
338 Comitês, que é necessário que seja realizada uma capacitação constante dos membros
339 dos diversos Comitês, que seja estudada uma maneira de se divulgar o Plano de Bacias
340 para toda a sociedade. A SRA. MARTHA SUGAI reforçou a posição do SR. MAURI
341 CESAR BARBOSA PEREIRA quanto à divulgação do Fórum, sugerindo que os
342 membros do Comitê que participaram do evento fizessem uma apresentação, sendo que
343 o SR. REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS se prontificou a repetir a
344 palestra por ele proferida sobre a interface do saneamento ambiental com os recursos
345 hídricos em uma mesa redonda e a SRA. LAURA JESUS DE MOURA E COSTA
346 justificou a sua ausência do evento em Foz do Iguaçu e apoiou a sugestão de se realizar
347 um encontro dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Em seguida o SR. ERIVELTO LUIZ
348 SILVEIRA solicitou para registrar em ata a firme condução do Coordenador da Câmara
349 Técnica de Acompanhamento do Plano, o SR. REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS
350 SANTOS, nas reuniões da CT-PLAN. O SR. JORGE RAMON DE ARAÚJO MELLO

351 comentou que acreditava que o COALIAR seria um instrumento de decisões
352 democrático e voltado para o bem da sociedade, e que gostaria que a participação da
353 sociedade civil crescesse ao longo do tempo. A SRA. MARTHA SUGAI informou que
354 as apresentações do 9º Fórum já estavam disponíveis no site do REBOB e a SRA.
355 LAURA JESUS DE MOURA E COSTA informou que seria realizado o Encontro do
356 Mercosul e o Fórum Social do Mercosul de 26 a 29 de janeiro de 2008. Por fim o SR.
357 DARCY DEITOS agradeceu a presença de todos e deu por finalizada a 5ª Reunião
358 Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, da qual eu
359 OLGA RYDYGIER DE RUEDIGER POLATTI, técnica da SUDERHSA, lavrei a
360 presente Ata
361 De Acordo
362 DARCY DEITOS
363 Secretário Geral do Comitê das Bacias
364 do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira